

Discurso na cerimônia de assinatura de convênios relativos ao Plano Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 20 DE JUNHO DE 2002

Senhor Doutor Marco Maciel, Vice-Presidente da República; Senhor Ministro da Justiça, Doutor Miguel Reale, em nome de quem eu saúdo todos os Ministros aqui presentes; Senhores Governadores; Senhores Parlamentares; Senhor Presidente da CNI; Senhoras e Senhores,

Todos os que lemos os jornais de ontem ficamos estarecidos com a gravidade a que chegou a situação da segurança pública em alguns pontos do Brasil. O crime organizado ultrapassou todos os limites. A ousadia e o grau de sofisticação das ações dos bandidos não param de nos surpreender.

A sociedade do Rio de Janeiro, Governado-ra, que mal se havia recuperado do trauma da morte de um jornalista – e morte cruel –, vitimado no exercício da sua profissão, volta a ser abalada por revelações, para usarmos poucas palavras, que só podem ser qualificadas de chocantes. Chocantes porque expõem a vulnerabilidade da sociedade e, ao mesmo tempo, a fragilidade das instituições públicas incumbidas de lidar com a questão da segurança; e, também, porque põem em risco valores fundamentais, como o respeito à vida e à dignidade humana.

Todos sabem que tenho um compromisso inarredável com a liberdade, a democracia e a justiça. Desde os tempos do árbitro, quando era mais difícil ter esses compromissos, eu os tinha – e os mantenho. Sempre lutei, aliás, desde meus tempos na universidade, na política e na vida pública, sempre, para que o Brasil criasse as condições de banir do nosso convívio toda e qualquer forma de violência. Sempre fui, e continuo sendo, um batalhador pelos direitos humanos.

Quando me lancei candidato à Presidência da República pela primeira vez, fiz questão de transformar a segurança em uma das prioridades de meu Plano de Governo – um dos cinco dedos da mão, não sei se ainda se lembram. E isso tem sido motivo, até, de muita crítica. Há quem alegue que, depois de quase oito anos, se essa era uma preocupação fundamental, um compromisso, por que a situação continua tão grave? Será que significa que o Governo permaneceu imóvel ou que o Estado se tenha tornado impotente para enfrentar o crime e a violência? Não creio que seja isso. Creio que seria uma visão injusta.

O Governo sempre deu atenção ao problema da segurança. Mais do que deu atenção, tem-se empenhado em oferecer soluções que possam ser efetivas e, também, na busca de instrumentos legais e institucionais necessários para garantir a segurança pública.

Mais ainda: nós mantivemos sempre abertos os canais de diálogo e de cooperação com todas as esferas de poder competentes, com a sociedade civil também e também com a oposição. É uma atitude de quem deseja sempre somar, agregar esforços para contribuir para a solução de um problema que afeta a todos. Não é atitude de quem quer lavar as mãos.

Eu poderia perfeitamente continuar dizendo que isso é um problema dos estados. O Doutor Miguel Reale Júnior acaba de dizer que constitucionalmente é assim. Mas não creio que o Governo Federal pudesse se omitir, e não deve se omitir. Pelo contrário. Não acho que seja uma solução correta a de simplesmente dizer: “A culpa não é minha.” Não. Não se trata de culpa. Trata-se de juntar os meios necessários para combater o crime organizado e assegurar um pouco mais de tranqüilidade à nossa população.

Quero lembrar que, quando houve o assassinato – também bárbaro – do Prefeito de Santo André, eu mesmo tomei a iniciativa de convidar, aqui, ao Palácio do Planalto, o Presidente de Honra do PT, Doutor Luís Inácio Lula da Silva. E lembro-me bem de um aspecto que ressaltamos, nós dois, naquela ocasião, e sobre o qual temos perfeita coincidência: a luta contra a violência e o crime organizado não é, nem pode ser, uma questão partidária.

O Governo Federal sempre apoiou os estados em seu esforço de zelar pela segurança pública, independentemente de qualquer conotação política ou partidária.

Aliás, agradeço a presença dos Governadores aqui, onde temos um arco-íris partidário. E não é isso que marca a presença de cada um. O que marca a presença de cada um aqui é o compromisso com o bem-estar dos povos dos respectivos estados e, portanto, do conjunto do Brasil. Acho que, na verdade, nós temos que encarar essa questão como uma questão nacional.

Sendo uma questão nacional, ela requer, efetivamente, a mobilização de todos: da União, dos estados e dos municípios; do Estado e da sociedade, como estamos assistindo aqui; e de todos os Poderes da República, Executivo, Legislativo e Judiciário. Também dos partidos políticos, das organizações não-governamentais, das empresas. Enfim, de todo o conjunto de forças que, dentro de qualquer país, ajudam a construir condições de governabilidade.

Nós temos feito um esforço considerável nessa área. Tratamos de integrar as polícias civil e militar, já que isso era condição para o próprio apoio aos governos estaduais; e de que houvesse esforços claros no processo de integração, sem que se imaginasse essa integração como uma imposição constitucional ou legal, até porque há peculiaridades, e é preciso que haja uma integração prática, operacional, muito mais do que uma integração formal, cuja digestão, às vezes, leva mais tempo e é menos produtiva do que simplesmente uma abertura de canais de cooperação efetiva.

Nós criamos esse Plano Nacional de Segurança Pública. A partir desse Plano, várias medidas estão em marcha. Como disse o Ministro

Miguel Reale Júnior – e ele se referiu aos antecessores dele –, na verdade, estamos ajudando na construção de presídios, estamos apoiando a reforma do Judiciário e da legislação penal; estamos valorizando as polícias, para que elas realmente reganhem a auto-estima. Temos feito convênios específicos, ainda mesmo aqui, entre Goiás e o Distrito Federal, na Região do Entorno.

Nunca nos esquecemos também de que é preciso ter essa preocupação, ontem vivamente ressaltada pelo General Alberto Cardoso numa solenidade que aqui tivemos, na luta antidrogas, a preocupação de entender que se trata não apenas da repressão, mas da criação de condições sociais. Na verdade, é disso que se trata, hoje, no convênio que estamos assinando com a Confederação Nacional de Indústrias, para que haja um atendimento melhor à população.

Os senhores e as senhoras que são mais diretamente encarregados das questões de segurança sabem que, muitas vezes, a pessoa recorre à polícia por um problema que não é policial. E, muitas vezes, não tem a polícia como atender a esses que recorrem.

É por isso que estamos criando esses mecanismos para permitir outras formas de atendimento que não simplesmente a repressiva e nem mesmo a preventiva, uma vez que são questões de ordem social, de ordem psicológica, de ordem diversa.

Fizemos, portanto, um esforço razoável. O Ministro mencionou 700 milhões de reais. Não se dava nada. Não existia nem um tostão de convênio entre o Governo Federal e os governos estaduais. Agora, existe – na proporção, naturalmente, daquilo que é disponível no Orçamento, que é cada vez mais sacrificado pelas injunções da política, não só nacional, mas internacional.

Mas temos nos esforçado para que haja, por exemplo, a intensificação do policiamento ostensivo e, principalmente, a capacitação dos policiais e dos instrutores, adequando-se mais não só o armamento, mas os meios de comunicação, o serviço de inteligência das várias polícias e a integração entre eles.

Como mostrou aqui o Ministro, é muito importante que os meios tecnológicos hoje disponíveis sejam efetivamente utilizados, como os

cadastros únicos, a possibilidade de ter prontuários que se conheçam com rapidez.

Enfim, não é possível imaginar que, num país continental como o Brasil, seja dado combate eficaz ao crime, organizado ou não-organizado, se não aumentarmos muito a qualificação do policial, se não dermos mais auto-estima ao policial e se também não dermos as condições tecnológicas para que essa polícia seja efetivamente rápida e eficaz no combate ao crime.

A questão da auto-estima creio que é muito mais importante do que normalmente se imagina. Ainda para felicidade nossa, dá para notar, nos últimos tempos, uma mudança de atitude, na mídia e na sociedade, com relação à polícia. Temos até assistido pela televisão a gestos heróicos, como recentemente, no Rio de Janeiro, o de um policial que foi barbaramente chacinado: desarmado, tentando dialogar com um bandido fugitivo, foi massacrado.

Citei esse exemplo porque é o mais recente, mas a toda hora se vê – e não só no Rio e em São Paulo, também em Belo Horizonte e em toda parte – que há policiais lutando para garantir a segurança da sociedade. E não cabe, pura e simplesmente, o tempo todo cobrar deles e, quando praticam um ato mais enérgico, recriminá-los por terem sido enérgicos. Não é possível. É preciso que haja, realmente, a consideração devida, também, justamente àqueles que arriscam a própria vida para garantir a vida dos demais.

Com isso, repito, não estou, de forma alguma, sancionando métodos não legais ou de ofensa aos direitos humanos. Não se trata disso: trata-se de valorizar o policial na sua função legítima, de homem que atua em defesa da sociedade. Acho que essa mudança é muito importante.

Também queria dizer que é muito importante que nós todos nos capacitemos daquilo que mencionei ontem e que é quase um lugar-comum: se nós não combatermos todas as formas de impunidade, ninguém vai acreditar na eficiência e, mais do que na eficiência, na legitimidade do homem que representa o Estado. Todas as formas de impunidade. A sensação de impunidade é o que abre espaço para o crime e corrói a sociedade, corrói a democracia, desarticula a crença,

aquilo que o Ministro Miguel Reale mencionou há pouco: “É preciso acreditar, ter valores.”

Como se pode ter valores? Valor é universal, não é valor para mim, não é valor para o outro. Se eu acredito, acredito para todos. Não podemos aceitar a lassidão no exercício da lei, no cumprimento da lei. A lassidão não faz parte do regime democrático. Faz parte do regime democrático é o respeito à lei, assim como o arbítrio não faz parte e não faz parte, também, a conivência pela não aplicação da lei.

Acho que isso é importante. E isso é no dia-a-dia, não é só na hora dramática do criminoso, do assassino, do narcotraficante. É no dia-a-dia. Acho que é uma mudança que começa a existir na nossa sociedade. A sociedade já não aceita mais os “jeitinhos”, já não aceita mais o “deixa de lado”, o “finge que não viu”. Não aceita. Isso é o que está permitindo a crença que tenho em que, a despeito de tudo, estamos avançando.

Hoje, nós sabemos, os bandidos vivem nessa mesma sociedade, têm, portanto, os mesmos meios que a sociedade tem ao seu alcance, dispõe desses meios. E funcionam em rede. Quem não ouviu esse diálogo telefônico dramático de bandidos que estão na cadeia com outros, dando ordens? Porque funcionam em rede, como funciona qualquer terrorista, como funciona qualquer especulador de mercado ou qualquer homem sério, qualquer empresário. Não importa. Hoje, tudo é assim. Isso facilita a ação de todo mundo. Mas, se facilita a do bandido, temos que facilitar a dos que reprimem o bandido e dotar as polícias das mesmas condições, senão que superiores, para fazer frente ao desafio que está posto diante de todos nós.

Acho que precisamos entender, estamos entendendo – e o nosso plano de apoio aos governos estaduais inclui isso – que é preciso cada vez mais confiar também nos serviços de informação e inteligência. Como, hoje, tudo funciona em rede e como, hoje, as redes requerem imaginação e conhecimento, ou nós também utilizamos os meios, os recursos, ou perdemos a guerra. Não vamos perder essa guerra.

Essa guerra não se fará simplesmente na matança. Quantos “esquadrões da morte” foram derrotados pelos bandidos? Não é isso. Não é por aí. É na inteligência, é na capacidade efetiva de prestar o serviço e é

no reconhecimento e no respeito, por parte da sociedade, àqueles que estão prestando o serviço policial.

Essa articulação de inteligência tem que ultrapassar os limites do município, do estado e do Governo Federal. Tem que haver uma articulação efetiva entre todos os serviços. Vejo com satisfação que estamos, crescentemente, criando organismos que permitem essa articulação e há um diálogo mais fluido entre os vários níveis de administração para permitir o enfrentamento dessa guerra mais inteligente.

Não estou dizendo, com isso, que, para vencer o crime organizado, ou não organizado, seja suficiente dotar a polícia de melhores recursos e termos uma atitude mais intransigente. São condições necessárias. Mas sabemos também – e não quero me escusar da questão – que uma parte da criminalidade se deve também à desorganização na família, que é devida à situação econômica, à incapacidade de se proverem meios de trabalho. Tudo isso vai junto. É necessário que haja uma ação social enérgica também. Tudo isso vai junto, não há dúvida nenhuma, e não se pode jamais deixar de lado.

Mas não é certo pensar que a criminalidade é conseqüência da miséria e da pobreza. É um insulto aos pobres. Não é verdade, até porque a criminalidade mais sofisticada não é a dos pobres, e, quando o crime organizado existe, esse crime é feito por gente que não é pobre. Não é essa a questão também. Essa é uma simplificação que, como é fácil parecer uma explicação, as pessoas a aceitam de imediato. Mas sou sociólogo, sou obrigado a dizer que não é verdade, porque conheço os trabalhos a respeito dessa relação entre criminalidade e pobreza. Não é verdade. É mais complicado do que isso.

Com isso, evidentemente, não estou justificando a pobreza, nem dando uma escusa para não dizer que há raízes sociais no crime. Sim, há. Mas isso não é suficiente para explicar o crime, até porque nas sociedades mais prósperas é onde, hoje, temos a maior sofisticação do crime, sobretudo no campo do crime ligado ao contrabando, ao narcotráfico, às ilicitudes de forma geral. Então, essas simplificações confortam a alma de quem não quer se dar ao trabalho de se conhecer melhor; mas não resolvem a questão. Temos que ter uma visão mais ampla e, ao

mesmo tempo, mais específica, para entender a natureza mesma da criminalidade.

Acho que, progressivamente, estamos avançando nessa compreensão. Falta muito, já disse, aqui, o Doutor Miguel Reale. Falta muito, mas falta tudo num país que está em crescimento, como é o Brasil: crescimento de população, crescimento econômico, mudanças geográficas, ocupação de novas áreas. Falta muita coisa. E nada disso deve servir nem como escusa nem como fator de esmorecimento na nossa convicção de que é preciso continuar trabalhando – e ganhar.

Repito o que disse recentemente: assim como, quando eu era Ministro da Fazenda e no meu primeiro mandato, eu tinha uma obsessão quanto à inflação – a inflação era realmente a grande questão; ou se liquidadava a inflação ou não se podia fazer nada de mais construtivo –, acho que, agora, ou colocamos a questão da criminalidade, do narcotráfico, do banditismo em ordem, ou seja, ou conseguimos controlar o crescimento dessas forças e o Estado restabelece a sua autoridade sobre todas as partes do território nacional, ou teremos aí um problema que vai minando a nossa capacidade de Estado-nação, a nossa crença na democracia.

Então, temos, efetivamente, que trazer essa questão para o centro dos debates. E isso não é uma escolha. Deus nos livre de ter escolhido tal coisa! Isso nos é imposto pelas circunstâncias. Assumi tais proporções o desafio à lei e o desafio à tranquilidade das famílias e à segurança individual, que isso passa a ser número um na agenda nacional.

Eu não queria deixar – simplesmente por considerar que esse é um tema importante, que leva tempo para ser resolvido – de, até o final do meu mandato, continuar fazendo e ampliando as ações que permitam que quem me suceda aqui possa dar essa batalha com a mesma energia com que dei a batalha contra a inflação e com a mesma capacidade que os brasileiros demonstraram de, ao entender qual é o desafio, se solidarizarem e se unirem para derrotar o inimigo.

O inimigo, hoje, é o crime. Vamos nos unir e vamos derrotá-lo.

Muito obrigado.